

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Ane Caroline Lora*

Stefani Pacheco Skodowski**

Taisa Pinetti Passoni***

RESUMO

Políticas linguísticas (PLs) podem ser entendidas como atos oficiais, intenções, atitudes e práticas relativas ao sobre o uso, status e aquisição das línguas. Diante deste conceito, este trabalho trata-se de uma revisão sistemática acerca das pesquisas relacionadas às PLs em contexto nacional e publicadas entre o período de 2019 a 2023 disponibilizadas no Portal de Periódicos da Capes. O estudo visa, portanto, mapear e apresentar o conhecimento científico relacionado aos 14 artigos identificados, de modo a evidenciar onde foram produzidos e a quais temas se direcionam, de modo refletir acerca de suas implicações políticas, educacionais e sociais. Os dados representam a visível recência da temática, apesar da relevância social, política e educacional das discussões da área.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Revisão Sistemática. Implicações.

* Mestranda em Letras pela UTFPR campus Pato Branco, licenciada em Letras - Português/Inglês pela UTFPR campus Pato Branco e Bacharel em Direito pela Faculdade Mater Dei. anecarolinelora@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5073-9159.

** Mestranda em Letras pela UTFPR Campus Pato Branco, pós-graduada em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade Focus e licenciada em Letras - Português/Inglês pelo IFPR Campus Palmas. stefaniskodowski@alunos.utfpr.edu.br. ORCID: 0000-0002-7722-9378.

*** Mestre e doutora em Estudos da Linguagem pela UEL, Especialista em Língua Inglesa e Graduada em Letras Anglo-Vernáculos e respectivas Literaturas pela mesma universidade. Professora Adjunta do Departamento de Letras - Área de Língua Inglesa - da UTFPR Campus Pato Branco. taisapassoni@professores.utfpr.edu.br. ORCID: 0000-0001-7819-1327.

LANGUAGE POLICIES IN BRAZIL: A SYSTEMATIC REVIEW

ABSTRACT: Language policies (PLs) can be understood as official acts, intentions, attitudes and practices relating to the use, status and acquisition of languages. Given this concept, this work is a systematic review of research related to PLs in a national context and published between 2019 and 2023 available on the Capes Journal Portal. The study aims, therefore, to map and present the scientific knowledge related to the 14 identified articles, in order to highlight where they were produced and which themes they address, in order to reflect on their political, educational and social implications. The data represents the visible recency of the topic, despite the social, political and educational relevance of discussions in the area.

Keywords: Language Policy. Systematic review. Implications.

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EN BRASIL: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

RESUMEN: Las políticas lingüísticas (PL) pueden entenderse como actos oficiales, partes interesadas, actitudes y prácticas relacionadas con el uso, el estatus y la adquisición de las lenguas. Teniendo en cuenta este concepto, este trabajo es una revisión sistemática de investigaciones relacionadas con las PL en el contexto nacional, publicadas entre 2019 y 2023 y disponibles en el Portal de Periódicos de la Capes. El estudio tiene como objetivo, por tanto, mapear y presentar el conocimiento científico relacionado con 14 artículos identificados, con el fin de resaltar dónde fueron producidos y qué temas abordan, de manera reflexiva sobre sus implicaciones políticas, educativas y sociales. Los datos representan la visibilidad del tema, a pesar de la relevancia social, política y educativa de las discusiones en el área.

Palabras clave: Políticas Lingüísticas. Revisión sistemática. Trascendencia.

1 INTRODUÇÃO

A intervenção humana no uso das línguas ocorre desde os primórdios, uma vez que constantemente estabelecem-se padrões linguísticos, por meio de sistematizações, das práticas sociais, bem como de legislações que se ocupam tanto da imposição de uma língua diante de um grupo, quanto de modelos considerados corretos. Apesar disso, a política linguística como campo de atuação e pesquisa surgiu aproximadamente na década de 1960, com o objetivo de explorar a relação entre o poder e as línguas, ou seja, as decisões atos oficiais, intenções, atitudes e práticas decisões políticas, culturais e sociais relativas ao uso, o status e a aquisição das línguas na sociedade (Calvet, 2007). Assim sendo, a este respeito Calvet (2007) salienta que os conceitos de política linguística e de planejamento linguístico são ainda recentes, quando comparados às práticas antigas.

Para o autor, a política linguística pode ser compreendida como as grandes decisões referentes à legislação da língua e sua prática na sociedade e o planejamento linguístico como a implementação destas decisões enquanto materialização destas discussões políticas. Portanto, estes dois conceitos formam um binômio indissociável, tendo em vista que a determinação de uma lei linguística idealmente deveria culminar na elaboração de um plano.

Passoni e Luz (2016, p. 2019) consideram que “desse modo, as políticas linguísticas implicam relações e decisões de poder, de forma que o planejamento representa a passagem à ação, ou seja, implica aspectos de intervenção”.

Uma discussão que é levantada por Rajagopalan (2013) é acerca de ser a política linguística uma ciência ou uma arte. O autor determina que a ciência constitui-se por uma série de regras executáveis com segurança e sem erros, obtendo resultados esperados. Por outro lado, a arte é uma área mais maleável, quando comparada à ciência, uma vez que não segue o mesmo rigor. Logo, a política linguística, entendida como um instrumento de gestão real e objetivo, supera a flexibilidade da arte e vai além, com reflexões precisas para condutas peculiares.

No Brasil, ainda que se possa considerar de forma tardia, vem-se buscando formas de garantir os direitos dos falantes das línguas minoritárias e das comunidades linguísticas e das variadas comunidades linguísticas que constituem o diverso cenário nacional, ao mesmo passo que se busca salvaguardar o patrimônio cultural linguístico. Essas discussões vêm sendo trazidas à tona por estudiosos das políticas linguísticas, em conjunto com o surgimento de ações municipais, estaduais e/ou federais, vista a tais questões.

O avanço das pesquisas na área tem sua importância para além do incremento do conhecimento científico pura e simplesmente. A compreensão das políticas linguísticas no contexto das sociedades contemporâneas avança a investigação das próprias crenças dessas sociedades não só acerca da língua e da linguagem, mas também dos diversos fatores sociais que as circundam. Possibilitam, neste ínterim, a compreensão das práticas sociais relativas às questões linguísticas, considerando que por meio da linguagem direitos, educação, salários e qualidade de vida podem ser negados ou ofertados a uma parte ou outra da população.

As políticas linguísticas correspondem à “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (Calvet, 2007, p. 11). Ricento (2006) ressalta, ainda, que não tem a ver apenas com atos governamentais oficiais, mas também com acontecimentos históricos e culturais que influenciam as práticas e atitudes relativas ao uso, aquisição e status de uma língua, correspondendo, também, a uma área de pesquisa.

A relação entre a sociedade e suas línguas sempre se fez latente na história da humanidade, de modo que um passeio histórico sobre as legislações dos Estados modernos, por exemplo, é capaz de nos demonstrar como estes ainda buscam fortemente o planejamento linguístico por meio da elaboração de leis, e normativas que visam alterar o estatuto das línguas que coexistem nos limites do seu território.

É desta relação que nasce o delineamento deste estudo. Ao compreender a intrínseca relação supracitada, este trabalho trata-se de uma revisão sistemática acerca das pesquisas relacionadas às políticas linguísticas publicadas entre o período de 2019 a 2023 disponibilizadas no Portal de Periódicos da Capes.

Com isso, é possível não só mapear e analisar o material científico relacionado que vem sendo produzido na contemporaneidade, como também compreender os conceitos trazidos nos estudos e as implicações políticas, educacionais e sociais das políticas linguísticas em contexto nacional, delineando como o Estado tem exercido seu poder sobre o uso de uma determinada língua, o papel do linguista e do próprio cidadão, enquanto usuário e crítico da língua.

2. METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como uma revisão bibliográfica sistemática visando mapear a produção acadêmica científica contemporânea, compreendendo conceitos, perspectivas e implicações das políticas linguísticas no Brasil.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento de artigos disponíveis nas revistas do Portal de Periódicos da CAPES¹, especificamente artigos que contemplem a temática políticas linguísticas, escritos em língua portuguesa, no período de 2019 a 2023, com o intuito de analisar como o tema tem sido abordado na contemporaneidade.

A pesquisa foi realizada na data de 25 de julho de 2023 a partir do termo “políticas linguísticas”, obtendo como resultado um total de 8.245 resultados. Delimitou-se a pesquisa aplicando-se como filtro apenas artigos científicos, sendo 7.887 resultados, e limitando o período de publicação para 2019 a 2023, o que resultou em 2.865 artigos. Destes, foram selecionados artigos escritos em língua portuguesa, resultando em 951 pesquisas. Com o intuito de refinar a busca de acordo com os interesses da pesquisa, foi assinalado como tópico de assunto language policy, obtendo 51 artigos como resultado.

Após, foi realizada a leitura do título, resumo e palavras-chave dos artigos, para selecionar aqueles que se relacionam, de fato, com o tema proposto. Destes foram mantidos para análise apresentada aqueles

1 <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

aos quais foi possível ter acesso ao texto completo. A partir dos procedimentos adotados, chegou-se a 14 artigos, os quais estão relacionados no quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Artigos sobre Política Linguística selecionados

Título	Autor	Ano	Revista	Qualis
Língua e cultura na feminização das migrações no Brasil	Ana Cristina Balestro e Telma Pereira	2019	Trabalhos em Linguística Aplicada	A1
Políticas Linguísticas para surdos em países lusófonos	Fabiany Corrêa Basoni e Pedro Henrique Witches	2020	Linguagem e Ensino	A3
Políticas linguísticas públicas para as línguas estrangeiras no Brasil e no Uruguai: uma fotografia das leis nacionais na primeira década do século XXI	Glenda Heller Cáceres	2022	Revista brasileira de linguística aplicada	A1
A inclusão do migrante internacional na escola: uma demanda a ser discutida	Marcelo Carmozini e Eliani de Moraes	2021	Veredas - Revista de Estudos Linguísticos	A3
Conjunturas políticas em contexto de migração e refúgio: um olhar glotopolítico	Maria Gabriel, Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque e Maria Isabel Silveira Bordini	2020	Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL	A2
O direito como instrumento de políticas linguísticas no espaço de enunciação brasileiro: questões para a Análise materialista de Discurso	Jael Sânera Sigales Gonçalves e Mônica Graciela Zoppi Fontana	2021	Linguagem & ensino	A3
Políticas linguísticas sobre o ensino de espanhol no Brasil: efeitos do discurso neoliberal	Luisa da Silva Hidalgo e Luciana Iost Vinhas	2021	Linguagem & ensino	A3
Bilinguismo na educação dos e para os surdos: uma discussão reflexiva sobre a política educacional e linguística	Marisa Dias Lima e Lazara Cristina da Silva	2019	The ESpecialist	A3
Políticas linguísticas familiares em contexto de línguas minoritárias	Isabella Mozzillo e Karen Pupp Spinassé	2020	Linguagem & ensino	A3
Entre letras e armas: sobre a gênese do ensino do espanhol no Brasil	Ana Cavalheiro Recuero	2020	Revista de Estudos da Linguagem	A1
Políticas linguísticas na área indígena dos Karipuna do Amapá: o caso do kheuól	Romário Duarte Sanches e Kelly Cristina Nascimento Day	2020	Linguagem & ensino	A3
Direitos linguísticos dos surdos no âmbito da educação superior	Valdiceia Tavares dos Santos, Janiny Pires Seles Bispo, Leiva Figueiredo Viana Leal e Kleber Aparecido da Silva	2021	Cadernos de linguagem e sociedade	B2
Políticas linguísticas e a ética do cuidado	Cristine Görski Severo e Ezra Chambal Nhampoca	2021	Fórum Linguístico	A2
Nacionalidade na imprensa e no rádio: uma política de línguas na Era Vargas	Andréa Franciéle Weber	2020	Linguagem em (dis)curso	A1

Fonte: Pesquisa (2023).

Para a análise e interpretação dos 14 artigos encontrados tomou-se por base o procedimento de revisão sistemática, por intermédio das técnicas de meta-análise e metassíntese, de acordo com os procedimentos utilizados por Bordini (2013), as quais são aplicadas de maneira qualitativa e quantitativa, buscando fazer um levantamento dos artigos que abrangem a temática selecionada.

A revisão sistemática é um método de busca de textos, através do qual estabelecem critérios e estratégias para a procura de dados relacionados a determinado assunto, viabilizando a síntese das informações obtidas. Para tanto, é necessária a identificação de literatura relevante, bem como ter objetivo, material e métodos bem definidos, o que irá resultar em uma obra de consulta pertinente aos interessados em um mesmo tema (Sarnighausen, 2011).

Seguindo esta metodologia, é possível que se contemple os procedimentos de meta-análise e metassíntese. A meta-análise faz a combinação dos resultados de vários estudos, objetivando a criação de uma

síntese reproduzível e quantificável dos dados, o que contribui de maneira estatística, uma vez que oferece uma visão geral da situação, incluindo discordâncias. Este procedimento, portanto, possibilita que se obtenham novos resultados e evidenciem-se as diferenças nos tratamentos de cada trabalho, de acordo com o que discute Bordini (2013).

A metassíntese, por sua vez, corresponde ao tratamento dado aos resultados qualitativos, obtidos a partir de uma análise crítica das informações encontradas nos textos, cuja interpretação pode ser feita pela meta sumarização ou meta resumos (Bordini, 2013).

A meta sumarização consiste em reunir os detalhes que caracterizam o texto científico em foco. Os meta resumos, por outro lado, objetivam a síntese como meio de proporcionar ampla compreensão conceitual dos resultados. Juntos, colaboram para o reconhecimento do impacto de cada estudo, bem como suas tendências teóricas e metodológicas e a relevância de seus resultados práticos (Sarnighausen, 2011).

3. ANÁLISE

3.1 Origem das Pesquisas

Analisar o contexto de origem de uma pesquisa é importante, porque, segundo Lagares (2018) as reflexões acadêmicas relacionadas às políticas linguísticas atravessam a perspectiva da glotopolítica. As ações/intervenções políticas têm implicações sociais, políticas e educacionais na realidade da linguagem. Adotar um olhar geopolítico implica diretamente reconhecer a dimensão ética e política da linguagem, além de ter claras as implicações ideológicas das PLs, as quais incidem diretamente nas funções da língua e são estruturantes do processo de ensino, conseqüentemente (Lagares, 2018).

A partir dos artigos selecionados, é possível verificar a instituição à qual estão vinculadas, bem como o estado de origem, tal qual demonstrado no quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Origem dos artigos sobre política linguística selecionados

Autor	Instituição de Ensino	Estado
Balestro e Pereira (2019)	Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro
Basoni e Witches(2020)	Universidade Federal do Espírito Santo	Espírito Santo
Cáceres (2022)	Universidade Federal do Paraná	Paraná
Carmozini e Moraes (2021)	Universidade de Brasília	Distrito Federal
Gabriel, Albuquerque e Bordini; (2020)	Universidade Federal do Paraná; Universidade Tecnológica Federal do PR; Universidade Estadual de Ponta Grossa	Paraná
Gonçalves e Fontana (2021)	Universidade Estadual de Campinas	São Paulo
Hidalgo e Vinhas (2021)	Universidade Federal de Pelotas; Universidade Fed. do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Lima e Silva (2019)	Universidade Federal de Uberlândia	Minas Gerais
Mozzillo e Spinassé (2020)	Universidade Federal de Pelotas; Universidade Fed. do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Recuero (2020)	Universidade Federal de Pelotas	Rio Grande do Sul
Sanches e Day (2020)	Universidade do Estado do Amapá	Amapá
Severo e Nhampoca (2021)	Universidade Federal de Santa Catarina Universidade Eduardo Mondlane	Santa Catarina Moçambique
Silva (2022)	Secretária da Educação	São Paulo
Weber (2020)	Universidade Federal de Santa Maria	Rio Grande do Sul

Fonte: Pesquisa (2023).

A partir da análise do quadro e da localidade de origem dos autores, é possível perceber que, dos 14 artigos selecionados, a metade deles, sete artigos, foram produzidos na região sul do país (50%), sendo quatro deles no Rio Grande do Sul, dois no Paraná e um em Santa Catarina.

Nos estudos de Lora, Oride e Passoni (2015), que realizaram revisão sistemática no mesmo sentido deste trabalho, havia sido identificado, à época, apenas um artigo na região, o que demonstrava a necessidade de maior aprofundamento e/ou divulgação de estudos sobre a temática, tendo em vista ser região fronteira em que há consequente relevância no estudo sobre línguas e políticas linguísticas. Assim, ao longo dos últimos anos, aparentemente, a realidade (ao menos acadêmica) vem mudando.

A segunda região que mais produziu artigos dentro deste contexto foi a sudeste (35%), com cinco artigos, sendo dois deles no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais produziram um artigo cada.

Na região centro-oeste, houve apenas um artigo identificado (7,5%), o qual foi produzido em Brasília - Distrito Federal.

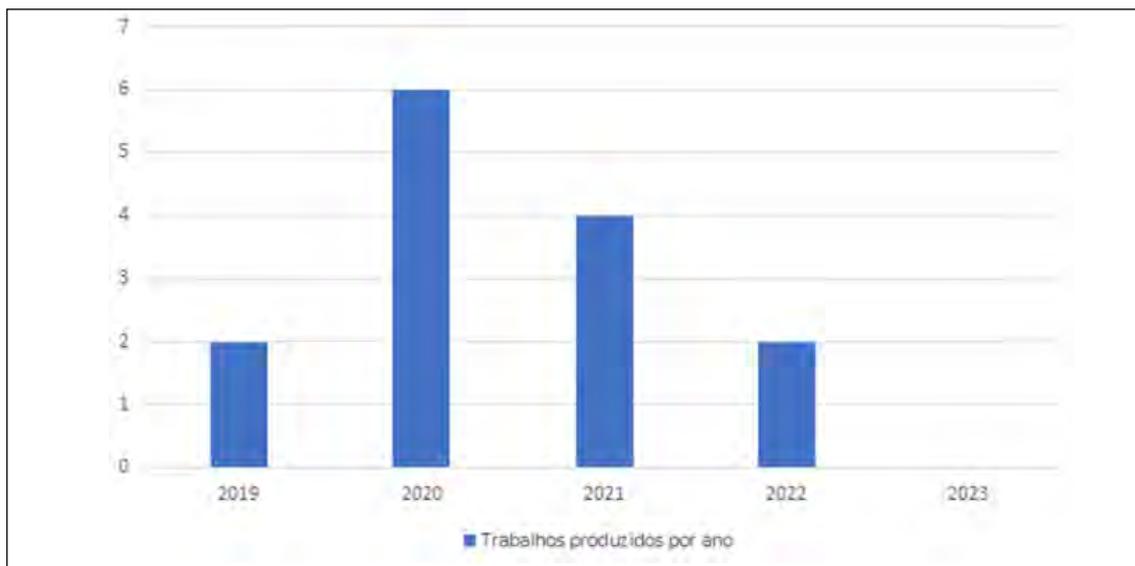
Igualmente na região norte, com apenas um artigo escrito no Estado do Amapá (7,5%). Saliente-se que, como na região sul, esta região é de área fronteira, sendo porta de entrada de muitos imigrantes de países vizinhos², o que revela uma deficiência nos estudos sobre o tema que atenda aquela população.

Na região nordeste não foi identificado nenhum trabalho produzido.

Há ainda um autor (Nhampoca, 2021) que está vinculado à Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, o qual produziu um artigo em colaboração com Severo (2021), da Universidade Federal de Santa Catarina.

O gráfico 1 mostra como se deu a produção e publicação de pesquisas sobre o tema ao longo dos últimos cinco anos:

2 Região Norte é a principal porta de entrada de imigrantes no Brasil: <https://globoplay.globo.com/v/10705488/>.

Gráfico 1: Artigos publicados por ano

Fonte: Pesquisa (2023).

No que diz respeito ao ano de produção das obras selecionadas, observa-se uma frequência consideravelmente maior nos anos de 2020 (seis publicações) e 2021 (quatro publicações). Aventamos que tal cenário pode ser explicado pelo contexto de migração - de refugiados venezuelanos, por exemplo, como explicam Balestro e Pereira (2019) - que atingiu seu pico por volta do ano de 2017, podendo ter despertado o interesse dos estudiosos sobre o tema.

Como demonstram os dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que demonstram que o número total cumulativo de refugiados reconhecidos no Brasil saltou de 10.145 para 11.231 de 2017 para 2018. No total, o Brasil recebeu mais de 80 mil solicitações neste ano, um aumento de 240% em relação a 2017, sendo 61.681 provenientes de venezuelanos.

Já nos anos de 2019 e 2022, há apenas duas publicações relacionadas na busca. Em 2023 não houveram artigos publicados até o momento, mas podendo estar associado ao fato de que os trabalhos mais recentes ainda não são publicações disponíveis no Portal de Periódicos da Capes.

3.2 Temática

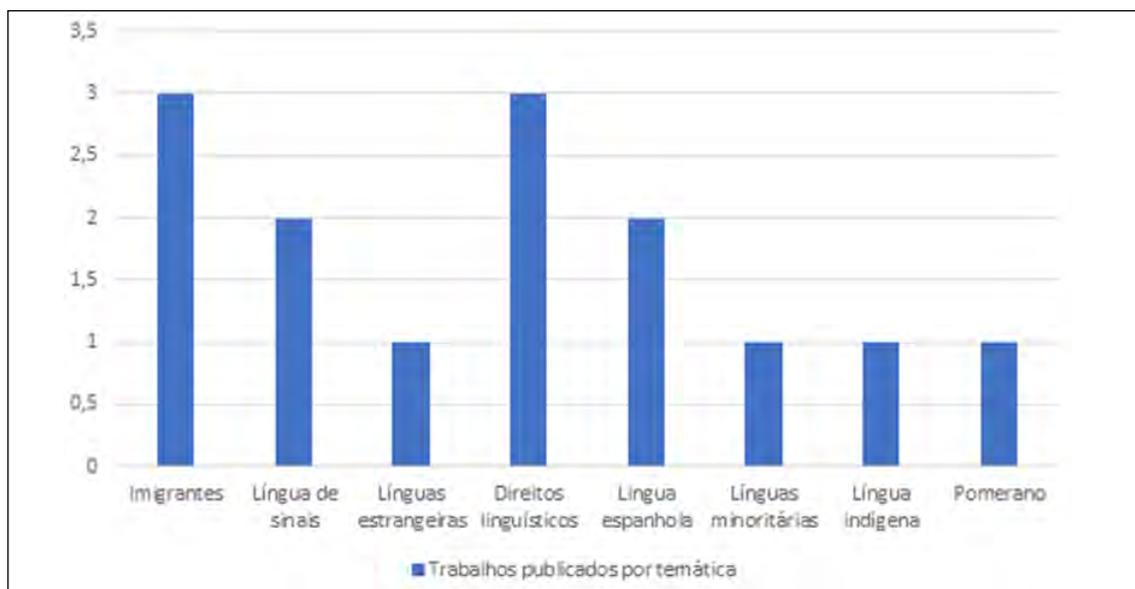
O quadro 3, abaixo, relaciona a temática principal de cada um dos artigos, salientando-se. Compreendemos que seria possível vincular as publicações a mais de uma temática. Porém, para fins de sistematização deste estudo, optou-se por vincular cada trabalho ao seu tema central.

Quadro 3: Temática principal dos artigos

Autor	Temática principal do estudo
Balestro e Pereira (2019)	Imigrantes
Basoni e Witches(2020)	Língua de Sinais
Cáceres (2022)	Línguas Estrangeiras
Carmozini e Moraes (2021)	Imigrantes
Gabriel, Albuquerque e Bordini; (2020)	Imigrantes
Gonçalves e Fontana (2021)	Direitos Linguísticos
Hidalgo e Vinhas (2021)	Língua Espanhola
Lima e Silva (2019)	Língua de Sinais
Mozzillo e Spinassé (2020)	Línguas Minoritárias
Recuero (2020)	Língua Espanhola
Sanches e Day (2020)	Língua Indígena
Severo e Nhampoca (2021)	Direitos Linguísticos
Silva (2022)	Ensino Plurilíngue: pomerano
Weber (2020)	Direitos Linguísticos

Fonte: Pesquisa (2023).

Assim, o gráfico 2 faz um levantamento sobre a temática principal dos artigos publicados:

Gráfico 2: Trabalhos produzidos por temática principal

Fonte: Pesquisa (2023).

Observa-se que os temas principais são aquelas que dizem respeito à políticas linguísticas para imigrantes no Brasil e aos direitos linguísticos, com três artigos cada. Tratam, pois, de políticas linguísticas que regulam as situações de plurilinguismo, ou seja, regem o *status* de uma língua, buscam estabelecer equilíbrio e/ou privilégio entre diversas línguas presentes em um determinado contexto.

No Brasil, a língua predominante é a língua portuguesa, prevista constitucionalmente como a língua oficial do país. A prática dos falantes, por outro lado, aponta também para a existência de outras línguas como: as línguas indígenas e afro-brasileiras, tendo em vista as origens cultural e histórica do país; as línguas europeias, que representam a identidade de grupos imigrantes; a língua espanhola, tendo em vista as áreas fronteiriças; e a língua inglesa, que representa desenvolvimento e globalização.

Ramos (2021) aborda uma discussão acerca do *status*, que engloba uma concepção que extrapola a que se tem acerca da imprecisão e insuficiência teórica que circunda a utilização de “Língua estrangeira” e “Segunda Língua” como nos casos supracitados, por exemplo. Neste íterim, a autora propõe a abordagem de “Língua adicional”.

A Língua Adicional destacada por ela vem da compreensão de interlíngua(gem), proposto por Selinker (1972), na qual entende-se a interlíngua como um “sistema intermediário que possui estruturas tanto da L1 como da L2, resultado da tentativa do aprendiz em produzir a norma desta língua” (p. 214). Ao basear-se nesse conceito e propor novos paradigmas fundamentados sócio cognitivamente considerando, também a Língua de Acolhimento (LAC) e Língua de Herança (LH) ela propõe um sistema de guarda chuva:

Figura 1: Língua adicional - um conceito guarda-chuva



Fonte: Ramos (2021, p. 262)

Neste, a Língua Adicional (LA) é posta no topo - hiperônimo -, e permite que independentemente do paradigma linguístico do sujeito (que corresponde à haste do guarda-chuva),

[...] L2, L3, L4 etc, não invalida o estatuto em outro estatuto, como o sócio-cultural-ideológico, LAc, LH, nem posição que ocupa internacionalmente LI, LF, uma vez que os estatutos de uma haste e de outra não são necessariamente excludentes, tendo em vista estarem todos ligados ao mesmo “tronco” (Ramos,p. 262-263)

Assim sendo, podemos observar a relevância tanto do do *status* na elaboração e na implementação de política e de planejamento políticos.

No levantamento, dois artigos abordam as políticas linguísticas para surdos, sendo um sobre educação bilíngue e outro sobre o uso e o ensino de forma geral, demonstrando como a língua de sinais (LIBRAS) tem ganhado espaço e os estudiosos têm voltado seus olhos para essa área.

Um artigo trata sobre línguas estrangeiras de forma geral, abordando a oferta destas no Brasil e no Uruguai na primeira década do século XXI. Já os artigos enfocam especificamente o contexto educacional da língua espanhola.

Considerando tal cenário, podemos destacar, por exemplo, que no ano de 2005, o governo brasileiro criou políticas de incentivo ao ensino de LEMs no país, a lei 11.161/2005, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta de ensino da língua espanhola no ensino médio de todas as escolas brasileiras. A criação desta lei se deu em vista da necessidade econômica e política em manter relações com os países vizinhos através da língua dominante no sul do continente.

Mediante essa situação, as secretarias de educação do país incluíram este idioma nos currículos escolares, tendo em vista que “a língua espanhola passa a ser vista e vendida como um bem necessário desejável e desejado pelas suas características intrínsecas” (Lagares, 2013, p.192). Não obstante, apesar da existência da lei, a aplicação efetiva desta não foi constatada (Sachs, 2011). A lei hoje não tem mais validade.

Um artigo discute as línguas minoritárias em geral, a partir de políticas linguísticas familiares a partir de seus falantes e suas ideologias linguísticas.

Ainda dentro da temática de línguas minoritárias, um artigo fala sobre línguas indígenas, mais especificamente sobre políticas linguísticas que envolvem o kheuól (língua falada pelo povo Karipuna do Amapá), e um artigo fala sobre os dissensos políticos no ensino do pomerano.

E é no contexto de línguas minoritárias que se percebe a maior necessidade de desenvolvimento de estudos e políticas linguísticas estatais, objetivando a proteção dos direitos das comunidades que falam essas línguas, através da preservação de sua diversidade cultural e promoção da inclusão e a igualdade social. Esses estudos desempenham um papel vital na promoção da diversidade linguística e cultural em uma sociedade.

Isso porque as línguas minoritárias, muitas vezes, são objeto de preconceito linguístico. As Libras, por exemplo, apesar de ser considerada minoritária, ocupa certo papel de relevância e já foi oficializada por meio de instrumentos legais, com a Lei n. 10.436/2002, sendo obrigatória em espaços oficiais (Mozzillo; Spinassé, 2020).

E, ainda que com a existência lei, a língua de sinais continua a ocupar lugar periférico e os surdos continuam sendo excluídos da participação em sociedade, da comunidade acadêmica e, muitas vezes, do próprio convívio familiar.

Não é o caso, todavia, das línguas indígenas, já que, historicamente, as políticas linguísticas estiveram voltadas à dominação sociopolítica, não sendo, de fato, um interesse governamental preservar o uso dessas línguas que, há muito, vem perdendo suas características.

A exemplo, à época do descobrimento do Brasil, estima-se a existência de 1.200 línguas indígenas em território nacional e 200-300 línguas africanas no tráfico escravagista. Hoje, fala-se em aproximadamente 274 línguas indígenas em uso no país, em que pese os recentes esforços para mudar esse quadro, como a cooficialização de diversas línguas indígenas especialmente na região amazônica (Maher, 2013; Sanches, Day, 2020). A consequência está diretamente ligada à identidade cultural de toda uma comunidade.

Rodrigues (2011) aponta que “[...] a atividade linguística é elemento constitutivo das identidades culturais de um povo; a língua é elemento primordial de uma cultura” (p. 4). Nesse sentido, é no exercício da multiplicidade e no seu reconhecimento dentro da sociedade que há a oportunidade de reconhecer sentimentos, diferenças, relações de poder e possibilidades de reinvenção.

Ao se ter uma concepção heterogênea de língua, entende-se a necessidade de fixar políticas, iniciativas e correções que voltem-se ao exercício de uma diversidade linguística e do direito desta. Neste sentido, “o campo das políticas públicas culturais reúne, pois, subsídios indispensáveis para a formulação e implementação de políticas linguísticas para a diversidade.” (Rodrigues, 2003, p. 5)

3.3 Objeto de Estudo das Pesquisas

O quadro 4 apresenta o foco de cada um dos artigos, visando reconhecer quais são seus objetos de análise e/ou reflexão:

Quadro 4: Objeto de estudo dos artigos

Autor	Foco do estudo
Balestro e Pereira (2019)	Reflete sobre língua e cultura no contexto da “feminização das migrações”, especificamente a migração de refúgio, pensando o fenômeno sob uma perspectiva dos estudos em Políticas Linguísticas.
Basoni e Witches(2020)	Discute políticas linguísticas para surdos em países de língua portuguesa.
Cáceres (2022)	Problematiza a interpretação de leis nacionais, a partir das três unidades escolhidas para o desenvolvimento de um estudo comparado: lugar, tempo e políticas.
Carmozini e Moraes (2021)	Aborda a contribuição da interculturalidade para a construção de uma política linguística que promova o português como língua de acolhimento na escola pública brasileira, a fim de combater a xenofobia e a exclusão de migrantes internacionais.
Gabriel, Albuquerque e Bordini; (2020)	Apresenta as ações promovidas pelo Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, atravessando as seguintes questões: as concepções de língua adotadas; a construção curricular dos cursos ofertados; as atividades desenvolvidas fora do espaço da sala de aula; os agentes envolvidos no cenário político-social em questão.
Gonçalves e Fontana (2021)	Apresenta questões que buscam compreender os sentidos de língua, de direito e de sujeito de direitos e deveres linguísticos no espaço de enunciação brasileiro.
Hidalgo e Vinhas (2021)	Apresenta um panorama histórico das políticas linguísticas referentes ao ensino de língua espanhola no Brasil, realizando uma discussão sobre o funcionamento discursivo de legislações recentes referentes a essa prática educacional.
Lima e Silva (2019)	Apresenta direcionamentos aos professores e demais profissionais envolvidos com estudos e discussões teóricas acerca da Educação dos e para os surdos.
Mozzillo e Spinassé (2020)	Apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida com indivíduos bilíngues que falam uma língua considerada “minoritária” como uma de suas línguas maternas.
Recuero (2020)	Resgata o processo histórico que inaugurou e institucionalizou o ensino do espanhol no Brasil e analisa os argumentos operados no arquivo governamental para justificar a inclusão do idioma.
Sanches e Day (2020)	Apresenta as políticas linguísticas <i>in vitro</i> e <i>in vivo</i> nas aldeias indígenas da etnia Karipuna do Amapá.
Severo e Nhampoca (2021)	Propõe uma articulação entre as políticas linguísticas e a ética do cuidado.
Silva (2022)	Discute a educação linguística em línguas adicionais alóctones, com enfoque no ensino de pomerano, problematizando a questão da democratização do ensino plurilíngue nas escolas públicas brasileiras.
Weber (2020)	Estuda a regulação da nacionalidade no rádio e nos jornais, buscando interpretar seu efeito sobre a política de línguas nesses veículos.

Fonte: Pesquisa (2023).

Dentre os quatorze artigos que servem como base para esta pesquisa, foi possível verificar que grande parte (dez artigos) discute, em maior ou menor especificidade, a temática das políticas linguísticas em relação com o contexto linguístico brasileiro, sendo a maioria voltada para línguas em contextos de comunidades minoritárias (oito artigos)

Isso não quer dizer, por outro lado, que todos voltem-se a abordar questões relacionadas à língua portuguesa, como feito em Basoni e Witches (2020), Carmozini e Moraes (2021) e Weber (2020), mas ao contexto plurilíngue do país, tomando como pano de fundo o espaço de enunciação brasileiro.

O artigo de Severo e Nhampoca (2021) desenvolve sua discussão voltada ao contexto moçambicano. Já Basoni e Witches (2020) versam a respeito de políticas linguísticas sobre o uso e ensino da língua de sinais em oito países lusófonos. Cáceres (2022) fala sobre as leis nacionais que envolvam línguas estrangeiras no Brasil e no Uruguai.

A maior parte dos estudos, então, estão direcionados para situações em que há uma gestão *in vivo* da língua.

Na gestão *in vivo*, as mudanças decorrentes da língua são propagadas na prática dos falantes de forma “natural” e “consensual”. É a solução encontrada pelos usuários de uma língua para lidar com os problemas da comunicabilidade durante o convívio social. Como resultado da gestão *in vivo*, o autor aponta “as línguas aproximativas (os pidgins), ou ainda, as línguas veiculares que são ‘criadas’ ou ‘promovidas’, isto é, uma língua já existente que tem suas funções ampliadas” (Calvet, 2007, p.69).

Um exemplo a ser citado é o caso do Spanglish que, apesar de não ser uma língua oficialmente reconhecida, é uma forma híbrida de comunicação criada pelos falantes tendo em vista a sua necessidade de interação numa situação linguística adversa ao seu idioma oficial³.

Em contraponto, há a gestão *in vitro*. Na gestão *in vitro*, o Estado impõe o uso da língua aos falantes essencialmente através do direito. Para tanto, seria pertinente que linguistas fossem consultados para analisar as línguas, estudando-as de forma a constatar problemas e solucioná-los, garantindo o futuro das situações linguísticas. Por sua vez, os políticos deveriam ter o papel de examinar os projetos propostos pelos diversos agentes das esferas públicas, aplicando-os ou não através do poder governamental.

Portanto, Calvet (2007, p.19) conclui que essa gestão decorre de “uma abordagem científica das situações sociolinguísticas, a elaboração de um tipo de intervenção sobre essas situações e os meios para se fazer essa intervenção”.

Assim, o Estado utilizando-se da gestão *in vitro*, impõe a política aos falantes, essencialmente, através de suporte jurídico legal, ou seja, as leis linguísticas.

A partir dos artigos analisados, percebe-se, todavia, que nem sempre a gestão *in vitro* atende à demanda social, mas sim aos interesses governamentais, enquanto instrumento de poder e dominação do povo.

3 Retirado de <http://super.abril.com.br/cultura/spanglish-444596.shtml> acesso em 13/10/2014.

Em seu estudo, Weber (2020) destaca como as políticas linguísticas na Era Vargas, por exemplo, foram pensadas como meio de controle da produção do discurso, para não só regular o uso da língua, mas sim para controlar a liberdade de expressão de estrangeiros.

Igualmente aconteceu com a população indígena, em que a imposição do uso do português funcionou como meio de controle e não, de fato, como símbolo de unificação nacional.

Assim, as duas formas de gestão mencionadas, *in vivo* e *in vitro*, são distintas quando comparadas no quesito comportamental, mesmo que ambas tomem por objeto a língua. Ocasionalmente, as decisões da gestão *in vitro* podem ser incompatíveis com os ideais linguísticos da gestão *in vivo*, causando assim situações de atrito.

A oficialização da Língua Portuguesa como língua oficial nacional, em detrimento das demais línguas faladas pelos povos indígenas e imigrantes no Brasil, inclusive com proibição expressa de uso dessas línguas, com o pensamento de que a utilização exclusiva do português representaria a unidade e identidade nacional, desde o Brasil Colônia, com a marginalização das línguas indígenas e africanas, até o Brasil Império, ignorando as línguas alóctones de imigrantes, passando pelo Brasil República, que pregava uma identidade brasileira monolíngue (Mui Yu; Welter; Berger, 2017).

Com isso, percebemos que a língua não é um objeto que pode ser única e simplesmente imposto pelo Estado, pois se desenvolve ao longo dos anos abrangendo aspectos sociais e históricos de uma comunidade linguística. Entretanto, para oficializar estas mudanças, existe a necessidade de interferência por parte dos poderes reguladores, bem como dos linguistas enquanto profissionais da área. Neste processo, compreendemos que o linguista tem um papel fundamental, sendo capaz de prever as situações nas quais a língua precisa ser tecnicamente analisada, para posteriormente ser levada ao exame dos governantes.

É por isso que Rajagopalan (2013) acredita que a língua não deve ser objeto do direito propriamente dito, mas sim, da política. O autor compreende-a como uma atividade em que todos os cidadãos têm o direito de participar livremente sem retaliações por parte do Estado ou pré-conceitos envolvendo sexo, idade, classe econômica e, principalmente, escolaridade.

A partir disso, é importante promover a participação assídua do cidadão como agente da linguagem, tendo em vista que esse sujeito é de maior importância no momento em que se debate sobre política linguística.

E o principal objeto de estudo levantado pelos autores dos artigos analisados é justamente sediado em contextos de línguas minoritárias - seja de imigrantes, libras ou indígenas - com enfoque na democratização do uso da língua não só como direito fundamental como também meio de defesa da identidade cultural de um povo, fazendo um críticas a gestão *in vitro* e incentivando a gestão *in vivo* da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, é possível constatar que, no período estabelecido para o levantamento dos artigos (2019 – 2023), existem ainda lacunas de produção acadêmica sobre o tema, haja vista que o número de artigos publicados não é tão expressivo, indicando a necessidade de novas pesquisas, que possam contribuir e ampliar os conhecimentos nesta área de estudo, sobretudo de 2022 para cá, quando o número de publicações decaiu consideravelmente. Os dados representam a visível recência da temática, apesar da relevância social, política e educacional das discussões da área.

Estes, desempenham um papel fundamental quando se trata de exibir as especificidades de cada comunidade, considerando aspectos regionais, culturais e sociais, não generalizando a linguagem, de forma que sejam capazes de contribuir de forma concreta para a elaboração de novas políticas.

Deve-se atentar para a importância das políticas linguísticas com o objetivo de considerar cada situação e cada comunidade linguística a qual o falante pode pertencer. Neste sentido, as políticas linguísticas possuem papel fundamental na formação desta nova sociedade contemporânea, essencialmente, na escola de ensino básico, a qual inevitavelmente se insere no âmbito dos direitos e dos deveres de cada cidadão.

Para tanto, cabe enfatizar a necessidade de problematização dos elementos destacados no desenvolvimento de pesquisas que fortaleçam o campo de estudo, com enfoques em políticas linguísticas, sendo esses pilares para uma elaboração de uma política adequada do ensino de línguas no Brasil, a qual deve ser compreendida e problematizada desde a formação inicial dos professores nos cursos de Letras, e se estender à reflexão e à prática dos profissionais já atuantes nas escolas de Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. Governo e ACNUR lançam relatório Refúgio em Números e Plataforma Interativa sobre Reconhecimento da Condição de Refugiado no Brasil. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/25/governo-e-acnur-lancam-relatorio-refugio-em-numeros-e-plataforma-interativa-sobre-reconhecimento-da-condicao-de-refugiado-no-brasil>. Acesso em: 29 set. 2023.
- Balestro, A. C., & Pereira, T. (2019, Aug). Língua e Cultura na feminização das migrações no Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 58(2), 779-794, ago. 2019.
- Basoni, F. C., & Witches, P. H. (2020, Nov). Políticas linguísticas para surdos em países lusófonos. *Revista Linguagem & Ensino*, 23(4), 1340-1348, nov. 2020.
- Bohn, H. I. (2019). Os aspectos 'políticos' de uma política de ensino de línguas e literaturas estrangeiras. *Revista Linguagem & Ensino*, 3(1), 117-138.
- Bordini, M. (2013) Estudos sobre Inglês como Língua Franca no Contexto Brasileiro (2005-2012). (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Cáceres, G. H. (2022, Oct). Políticas linguísticas públicas para as línguas estrangeiras no Brasil e no Uruguai: uma fotografia das leis nacionais na primeira década do século xxi. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 22(4), 816-842, out. 2022.

- Calvet, L. J. (2007) *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial/ Ipol.
- Gabriel, M., Albuquerque, J. I.A. de, Bordini, M. I. S. (2020) Conjunturas políticas em contexto de migração e refúgio: um olhar glotopolítico. *ReVEL*.18(35), 242-268, 2020.
- Hidalgo, L. da S., & Vinhas, L. L. (2021, Oct). Políticas linguísticas sobre o ensino de espanhol no Brasil: efeitos do discurso neoliberal. *Revista Linguagem & Ensino*, 24(3), 504-529, out. 2021.
- Lagares, X. (2013). Ensino do Espanhol no Brasil: uma (complexa) questão de política linguística. In: Nicolaidese, C. et. al. *Política e Políticas Linguísticas*. (p. 181-198) .Campinas: Ponte/Alab.
- Lagares, X.C. (2018) *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola.
- Lima, M. D., & Silva, L. C. da. (2019, Dez) Bilinguismo na educação dos e para os surdos: uma discussão reflexiva sobre a política educacional e linguística. *The Specialist*, 40(3) 1-16, 12 dez. 2019.
- Lora, A. C., Oride, B.Y., Passoni, T. P. (2015) Ensino de LEM no Brasil: uma revisão sistemática sobre política e planejamento linguísticos. *Revista Contexturas*. 24(1), 116 - 135, 2015. ISSN: 0104-7485.
- Maher, T. M. (2013) *Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil*. Nicolaidese, C. et. al. *Política e Políticas Linguísticas*. (p. 117-134) .Campinas: Ponte/Alab.
- Martins, S.E. S. de O., & Napolitano, C. J. (2017) Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. *Educar em Revista*, 1(3), 107-126, 2017.
- Mui Yu, M. S.; Welter, V. S.; Berger, I. R. (2017) A cooficialização de línguas no Brasil: competência legislativa e empoderamento de línguas minoritárias. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, out./dez. 2017.
- Moraes, E. de, & Carmozini, M. (2022, Mar) A inclusão do migrante internacional na escola: uma demanda a ser discutida. *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*, 25(2), 186-200, 30 mar. 2022.
- Mozzillo, I., Spinassé, K. Pupp. (2020, Nov). Políticas linguísticas familiares em contexto de línguas minoritárias. *Revista Linguagem & Ensino*, 23(4), 1297-1316, 6 nov. 2020.
- Passoni, T. P.; Luz, J. G. (2016) Política e planejamento linguísticos no Brasil: levantamento de orientações curriculares para o ensino de línguas estrangeiras. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, 14(1), 217-240, 2016.
- Rajagopalan (2021, Jul). Política Linguística: do que é que se trata, afinal?. In: Nicolaidese, C. et. al. *Política e Políticas Linguísticas* (p. 19-42). Campinas: Ponte/Alab.
- Ramos, A. A. L. (2021, Jul). Língua adicional: um conceito “guarda-chuva”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 13(1), 233-267, 7 jul. 2021.
- Recuero, A. C. (2020, Jan) Entre letras e armas: sobre a gênese do ensino do espanhol no brasil / between letters and weapons. *Revista de Estudos da Linguagem*, 28(1) 69-93, 2 jan. 2020.
- Ricento, T. (2006) *An introduction to language policy: theory and method*. Oxford: Blackwell.
- Rodrigues, G. S. (2011). Política linguística para a diversidade: uma política cultural. II Seminário Internacional de Políticas Culturais
- Sachs, G. (2011) *A obrigatoriedade da oferta de Espanhol no Ensino Médio sob a ótica da abordagem do ciclo de políticas*. Londrina: UEL.
- Sanches, R. D., & DAY, K. C.N. (2020, Nov) Políticas linguísticas na área indígena dos Karipuna do Amapá: o caso do kheuól. *Revista Linguagem & Ensino*, [S.L.], 23(4), 1317-1339, 6 nov. 2020.
- Sarnighausen, V. C. R. (2011). *Revisão sistemática e metassíntese: medições de gases de efeito estufa (GEE) emitidos pela pecuária bovina brasileira (Tese (Doutorado))*. Universidade de São Paulo, Piracicaba. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11131/tde-24052011-134949/>

- Selinker, L. (1972). Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*.
- Severo, C. G., & Nhampoca, E. C. (2021, Dez). Políticas linguísticas e a ética do cuidado. *Fórum Linguístico*, 18(4), 6797-6810, 29 dez. 2021.
- Sigales-Gonçalves, J. S., & Fontana, M. G. Z. (2021, Out) O direito como instrumento de políticas linguísticas no espaço de enunciação brasileiro: questões para a análise materialista de discurso. *Revista Linguagem & Ensino*, 24(3), 625-645, 1 out. 2021.
- Silva, O.de O. (2022, Mar) Ensino-aprendizagem de outras línguas na escola pós BNCC. *Revista Entrelinguas*, 1-17, 30 mar. 2022.
- Tavares, G. da S. (2013) O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa [online]. Faculdade de São Francisco da Paraíba, 2013. Disponível em: <http://monografias.brasescola.com/educacao/onovo-acordo-ortografico-lingua-portuguesa.htm>. Acesso em: 06 jul. 2023.
- Weber, A. F. (2020). NACIONALIDADE NA IMPRENSA E NO RÁDIO: uma política de línguas na era vargas. *Linguagem em (Dis)Curso*, 20(3), 491-502, dez. 2020.

